

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001607-89.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**  
 Requerente: **Banco Bradesco Financiamento S/A**  
 Requerido: **José Edmundo Zuccolloto Me**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

Trata-se de **AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO** com pedido liminar para reaver o veículo descrito a fls. 01, proposta pelo BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A em face de **JOSÉ EDMUNDO ZUCCOLOTTO ME**, todos devidamente qualificados.

A liminar pleiteada foi deferida (fls. 86); na sequência houve a busca e apreensão do bem (fls. 122) e a citação do postulado (fls. 121).

Às fls. 100 e ss o requerido encartou defesa, confessando um débito menor do que o pleiteado pela instituição financeira autora; efetuou o depósito de R\$ 5.395,00 para fins de emenda da mora.

Pelos despachos de fls. 123 foi concedido um prazo para o postulado complementar o depósito para a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

obtenção da restituição da posse e a propriedade do veículo.

O postulado complementou o depósito a fls. 129 e na sequência, pelo despacho de fls. 130 foi deliberada a devolução do bem para suas mãos (dele requerido), o que foi efetivado a fls. 140.

**É O RELATÓRIO.**

**DECIDO** no estado em que se encontra a **LIDE** por se tratar de questão exclusivamente de direito.

O requerido, exercitando o direito que lhe confere a lei, pleiteou e teve deferida possibilidade de reaver o bem apreendido, efetuando os depósitos de fls. 117 (R\$ 5.385,00) e fls. 129 (complementação de R\$ 7.742,08)

O bem, então lhe foi devolvido, conforme termo de fls. 140.

Não se pode olvidar, ainda, que o contrato de alienação fiduciária goza da proteção do Código de Defesa do Consumidor. Como proclamou o hoje extinto Segundo Tribunal de Alçada Cível do Estado de São Paulo:

"a consequência de entender que há relação de consumo em negócios de alienação fiduciária em garantia é a aceitação de que ao devedor é facultado a purga da mora, equivalente ao valor das parcelas vencidas até o dia da purgação, preservando-se a higidez do negócio entabulado entre as partes. O pagamento da totalidade das parcelas


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

(vencidas e vincendas) torna a situação do credor extremamente vantajosa e coloca o devedor em situação de enorme desigualdade, situação que não se acomoda com as regras do CDC, aplicáveis ao caso". (10ª Câm. AI nº 875.072-0/8, rel. Juíza Rosa Maria de Andrade Nery, j. 16/02/2005, destaquei).

No mesmo diapasão: "a exigência de pagamento da integralidade da dívida pendente, para purgação da mora na ação de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente (DL 911/69, art. 3º, § 2º) deve ser interpretada como sendo a totalidade das prestações vencidas do financiamento (...), sob pena de violação da garantia da ampla defesa e do contraditório (CF. art. 5º, LV) e da defesa do consumidor (CF, art. 5º, XXXII)". (Órgão Especial do TJSP, Inc. Inconst. De Lei nº150.402-0/5-00, rel. Des. Boris Kauffmann, j. 19/12/2007, v.u., destaquei).

O requerido pagou o valor correto para purgação da mora e teve a restituição do bem.

Por fim, a autora não se insurgiu em relação ao valor depositado e ainda a concessão da gratuidade de justiça ao oponente(cf. fls. 123).

Dessa forma, ambas as partes obtiveram a tutela jurisdicional pleiteada.

\*\*\*

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Pelo exposto e o que mais dos autos consta,  
**JULGO EXTINTA** a presente ação com fundamento no artigo 487,  
II do CPC.

Defiro ao requerente o levantamento das  
quantias depositadas a fls. 117 e fls. 129, expedindo-se o  
necessário mandado, independentemente do trânsito em julgado  
da decisão.

Defiro ainda o desbloqueio do veículo junto ao  
sistema RENAJUD, caso tenha sido realmente efetivado,  
independente de recolhimento de taxa.

Eventuais custas em aberto ficarão a cargo da  
requerida. No entanto, deve ser observado que a mesma é  
beneficiária da gratuidade de justiça, nos termos do art.  
98, parágrafo 3º do CPC.

Após, averbe-se a extinção e arquivem-se os  
autos.

Publique-se e intimem-se

São Carlos, 28 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**